

OS AVANÇOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Vitória Carolina Santos Silva (1); Gilvanda Santos Silva (2); Jacqueline Barbosa da Silva (3).

Universidade Estadual de Alagoas, vitorya610@gmail.com; Universidade Estadual de Alagoas, gilvandasantossilva@gmail.com; Universidade Estadual de Alagoas, jacquelinebarbosa201@gmail.com.

RESUMO

Sabemos que várias campanhas destinadas a reduzir o analfabetismo de jovens e adultos foram criadas, porém, estas não foram suficientes para alfabetizar grande parte da população brasileira, pois, prevalecia a ideia que para o adulto analfabeto bastava aprender poucas coisas já que o retorno do investimento feito em sua educação seria insignificante para a sociedade, visto que trata-se de uma história marcada tanto pela descontinuidade quanto por a desarticulação das ações, e, paralelamente, atrelada a uma inconsequente falta de políticas públicas específicas para o setor que resulta uma escala de milhões de adultos não escolarizados. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a história da EJA no cenário brasileiro é marcada por lutas e resistências. Assim, o presente trabalho tem como finalidade compreender este processo histórico de lutas ao mesmo tempo que traz para âmbito educacional essa discussão, explicitando a importância e as dificuldades da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Para tanto, o método utilizado parte de uma análise bibliográfica entendendo que para compreender os dilemas enfrentados por esta modalidade educacional é necessário fundamentar-se em teorias.

Palavras-chave: Adultos, Educação, Jovens, Lutas.

INTRODUÇÃO

Embora se constitua enquanto um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, a Educação de Jovens e Adultos – EJA enquanto modalidade educacional do ensino regular ainda perpassa por grandes impasses, verdadeiras lutas travadas contra a falta de compreensão e reconhecimento na sociedade. Considerando que ao nos referirmos a EJA, estamos aludindo uma modalidade de ensino que prioriza o sujeito ao mesmo tempo, que, favorece a inclusão social, trazendo de volta à escola, jovens e adultos que por diversas razões não permaneceram no ensino regular, torna-se imprescindível compreender os aspectos da trajetória da EJA, suas conquistas, avanços e retrocessos. Conforme Costa (2008, p.13):

[...]conhecer o legado da educação popular e a história da educação de adultos é uma exigência para todos aqueles que se aproximam desse campo. Exigência não por ser uma etapa curricular a ser seguida, mas por que nela reforçamos nosso pertencimento a essa modalidade e passamos, a entender com mais clareza o lugar e a importância da educação de jovens e adultos na contemporaneidade.

Se analisarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394 de 1996, constataremos que em seu artigo 37, a educação de jovens e adultos se constitui enquanto um direito “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos nas modalidades de ensino fundamental e médio na idade própria” (LDB/1996). No entanto, apesar das diversas lutas ao longo da história, até se tornar um direito constituído, por vezes este não é posto em prática, tanto por a ausência de políticas públicas, quanto por a falta de esclarecimento dos profissionais desta modalidade educacional, os quais deveriam oferecer ao alunado da EJA condições de superação e realização, como forma de amenizar os problemas de exclusão social. Dessa forma, vale ressaltar a formação do educador para atuar nesta modalidade da educação, visto que muitas vezes estes profissionais desconhecem a amplitude da Educação de Jovens e Adultos – EJA como modalidade de ensino que perpassa o campo escolar ampliando-se, ao mesmo tempo, que, integra-se, a cotidianidade dos educandos.

Mediante ao que foi exposto, o presente artigo tem como finalidade analisar os avanços e retrocessos na alfabetização de Jovens e Adultos, como também as mudanças ocorridas ao longo da história, de modo que retrata as especificidades do público alvo desta modalidade do ensino regular através de uma análise bibliográfica. Para tanto, apoia-se, em referenciais teóricos como Gadotti e Romão (2011), Tamarozzi e Costa (2008); além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96.

METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma análise bibliográfica constituída principalmente de livros, entendendo que para compreender a Educação de Jovens e Adultos na contemporaneidade deve-se ir além de dados empíricos, analisando seu processo histórico para alcançar a compreensão de suas particularidades, sobretudo no atual contexto educacional brasileiro.

Dessa forma, este trabalho tem como finalidade analisar os avanços e retrocessos da Educação de Jovens, fazendo um recorte histórico de suas lutas, enfatizando a discussão acerca desta modalidade do ensino regular, utilizando como referencial teórico: Gadotti e

Romão(2011), Tamarozzi e Costa (2008); além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96.

Os avanços e retrocessos da Educação de Jovens e Adultos no cenário educacional brasileiro

É consenso entre muitos estudos que contraditoriamente do que imaginamos “a educação, sempre foi marcada por processos descontínuos e campanhas que, em sua maioria, não foram suficientes para consolidar a escolarização de um enorme contingente de brasileiros” (COSTA, 2008, p.11). Em relação à Educação de Jovens e Adultos - EJA, o reconhecimento da mesma, adquirido nos últimos tempos são resultados de uma trajetória de anos de lutas, avanços e retrocessos, descobertas e, sobretudo, muita resistência em afirmar a educação enquanto direito de todos, visto que, historicamente essa modalidade educacional sempre foi tratada pelas políticas educacionais de forma secundária, excluindo assim todas as formas de sua difusão sólida nos sistemas de ensino.

De acordo com Gadotti e Romão (2011, p.36), autores da obra Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta:

[...] muitas vezes define-se a educação de adultos por aquilo que ela não é. Os termos “educação de adultos”, “educação popular”, “educação não formal e educação comunitária” são usados muitas vezes como sinônimos, mas não são, pois os termos educação de adultos e educação não formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação. No entanto, o termo educação de adultos tem sido popularizado especialmente por organizações internacionais como a UNESCO, para referir-se a uma área especializada da educação.

O que queremos aqui salientar, diz respeito à ausência de conhecimento em relação à educação de jovens e adultos, ocasionando a falta de compreensão crítica dos educadores dessa área educacional, os quais pensam apenas em procedimentos didáticos e conteúdos a serem transmitidos, que por vezes são totalmente estranhos a cotidianidade dos educandos, além de não respeitarem as suas dúvidas, os medos, o cansaço da jornada de trabalho, as condições sociais, etc. Dessa forma, qualquer programa educacional para erradicar o analfabetismo de jovens e adultos, estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em consideração as condições sociais e culturais dos educandos. Ressaltamos ainda, que se o educador da EJA não compreender as especificidades socioculturais deste público, o processo

educacional se tornará ainda mais complexo. Nesta perspectiva, Gadotti (2011, p.39) afirma que:

[...] ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos que têm sentido.

Na citação acima é possível evidenciar a importância de compreender a EJA enquanto modalidade educacional condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador que luta para superar condições sociais precárias relacionadas ao analfabetismo. Assim, não podemos apenas medir a qualidade da educação de adultos somente pelos conteúdos transmitidos a este público, mas por as oportunidades de realização enquanto ser humano e cidadão de manifestar seu ponto de vista participando das tomadas de decisões em sociedade.

Mundialmente falando, a educação de adultos é marcada por longos processos descontínuos, por avanços e retrocessos. No decorrer de sua história surgiram várias concepções que se dividem em múltiplas correntes e tendências, porém, em nosso texto, iremos nos remeter somente a história da EJA no cenário brasileiro, que de acordo com Gadotti e Romão (2011, p. 43) pode ser dividida em três períodos importantes:

- De 1946 a 1958, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”, sobretudo para erradicar o analfabetismo.
- De 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire.
- O governo militar insistia em campanhas como a “Cruzada do ABC” (Ação Básica Cristã) e posteriormente, com o MOBREAL.

Como já salientamos no início de nosso texto, durante muito tempo a educação em suas diferentes modalidades foi tratada de maneira secundária pelas políticas públicas, no entanto, perpassa os limites de nosso texto detalhar as políticas públicas voltadas para as diferentes etapas educacionais, nos remeteremos aqui apenas a uma análise da legitimação da Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, tomaremos como parâmetro a trajetória de Lutas da aprovação do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, primando pela inclusão da EJA, nos capítulos da mesma.

“Após a promulgação da Constituição de 1988, nossa carta magna; foi apresentado um Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 1.258/88) que foi submetido à discussão nos mais diversos fóruns educacionais” (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.50). Na sequência, surgiram outros projetos e a este foram anexados. Este Projeto resultou em substitutivo publicado em agosto de 1989, no qual a Educação de Jovens e Adultos, se integra pela primeira vez como modalidade educacional do sistema regular de ensino. Se analisarmos o capítulo desse substitutivo mais especificamente voltado para a educação de jovens e adultos, constataremos a obrigatoriedade do Estado em ofertar o direito da educação para todos, inclusive aos que não tiveram acesso da idade própria, além de possibilitar este acesso, adaptando-se as condições dos educandos.

Este substitutivo desencadeou várias de discussões que resultaram na elaboração democrática de um segundo substitutivo, aprovado em junho de 1990, que representava grandes avanços, podendo, dessa forma, ser enviado à Comissão de justiça e Finanças, que resultou em um terceiro substitutivo, o qual foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 1993.

Em relação à Educação de jovens e Adultos, esta, teve seus avanços mantidos em todas essas versões do substitutivo. No entanto, apesar de toda essa democratização na determinação desse Projeto de Lei, o senador, Darcy Ribeiro, por vias extremamente antidemocráticas apresenta o projeto de Lei n.67/92, que de acordo com Romão (2011, p. 54) “o que Ribeiro dedica sem seu Projeto de Lei à educação de jovens e adultos é digno dos maiores temores”. De modo geral, o que queremos com esse resgate da trajetória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é justamente, evidenciar as lutas da educação brasileira, mas especificamente, a Educação de Jovens e Adultos.

A priori falamos da educação de jovens e adultos, a qual deve atender as especificidades dos educandos, adaptando-se a realidade dos mesmos, de modo que ofereça a estes condições de superação. Salientamos também a dura trajetória de lutas da educação brasileira, particularmente da EJA. Nesta perspectiva, também nos convém discorrer acerca da formação do educador para atuar nesta modalidade da educação, visto que muitas vezes estes profissionais desconhecem a dura realidade de seus educandos e não se adaptam a mesma. Para tanto, tomaremos como base a segunda parte obra, Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta, na qual Romão; Barreto e Vera Barreto, dedicam-se aos compromissos e a formação dos educadores da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Se analisarmos a trajetória da EJA no cenário brasileiro, constataremos grandes conquistas, permeadas por inúmeras lutas e resistências, como seu reconhecimento enquanto um direito para indivíduos que por determinadas circunstâncias não tiveram acesso ou a permanência a um dos bens públicos primordiais para a sociedade, a educação. No entanto, apesar dessas conquistas, a Educação de Jovens e Adultos continua às margens da educação, ocupando, no sistema educacional brasileiro um lugar de pouco valor e reconhecimento assim como aos indivíduos aos quais se destina. Romão (2011, p. 71) destaca que “a educação brasileira, particularmente a educação de jovens e adultos, está anestesiada e, por causa das agressões sofridas recentemente, a caminho de um choque anafilático”.

Ainda existem muitos equívocos quanto às definições atribuídas a EJA, até mesmo os próprios profissionais da área desconhecem as peculiaridades desta modalidade educacional e seus compromissos frente aos educandos. Dessa forma, identificamos como raiz desses equívocos a própria formação desses educadores que na maioria dos casos, pouco discute sobre a educação de jovens e adultos enquanto modalidade integrada ao sistema regular de ensino. Dentre estes equívocos, primaremos em nosso texto por dois dos mais comuns: “a formação pode tudo” e “a separação entre teoria e prática”.

Afirmar que a formação pode tudo, é equivalente a desconsiderar o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem, sendo esta uma afirmação extremamente autoritária que desconhece a realidade do educando. Assim, é essencial uma reflexão crítica a respeito da própria formação que reconheça que “a formação não pode tudo, e não podendo tudo certamente pode alguma coisa, caso contrário, seria absolutamente inútil” (ROMÃO, 2011, p.94).

Outro equívoco comum é justamente tentar separar a teoria da prática, esquecendo que não existe prática que não esteja norteada por uma teoria, ou seja, as teorias se adaptam a realidade educacional da prática docente. Dessa forma, conforme Romão (2011, p.96):

[...] estabelecer uma dicotomia entre teoria e prática faz com que se possa imaginar a formação como um espaço teórico e a ação como um espaço prático e assim, tratados separadamente, elimina-se a possibilidade de atingir o objetivo da formação que é melhorar a qualidade da prática.

. Para definir as particularidades da Educação de Jovens e Adultos, não podemos esquecer que os educandos desta modalidade são “alunos - trabalhadores, muitos em

condições de desemprego, que estão submetidos à circunstância de modalidade no serviço, alternância de turnos, ao cansaço” (ROMÃO, 2011, p. 38).

Trabalhadores que diariamente lutam contra a discriminação e as mazelas sociais, além da falta de políticas públicas destinadas a esta camada social. Jovens e adultos dos mais variados grupos sociais que não tiveram acesso ou a permanência nas modalidades de ensino médio e fundamental na idade própria, e que procuram a escolarização na EJA para melhorar as condições precárias de vida ocasionada pelo analfabetismo, e muitas vezes encontram nesta modalidade educacional a exclusão e a discriminação.

De acordo com as Diretrizes nacionais, “a educação básica de jovens e adultos é aquela que possibilita ao educando ler, escrever e compreender a língua nacional, o domínio dos símbolos e das operações matemáticas” (ROMÃO, 2011, p. 141). No entanto, com a inserção da Educação de Jovens e Adultos no sistema de ensino regular, tornando-se parte dos processos educativos, este conceito foi ampliado, visto que esta modalidade educacional ultrapassa os limites das ações que se desenvolvem na escola..

No cenário brasileiro à Educação de Jovens e Adultos – EJA, foi constituída de lutas, avanços e retrocessos, para conquistar seu espaço. Neste percurso, foram objetivadas muitas campanhas para se erradicar o analfabetismo, no entanto tais campanhas não foram suficientes, visto que não haviam públicas efetivas destinadas a alfabetização de jovens e adultos. Nas condições sociais atuais, considerando que a educação está atrelada ao sistema econômico, nenhuma política para erradicar o analfabetismo será eficiente se não estiver vinculada a um projeto político – econômico que investigue a fundo as raízes do mesmo. Nesta perspectiva Costa (2008, p.21) afirma que:

[...] no cenário atual, a EJA conseguiu um avanço significativo em relação à sua história anterior. No entanto, ainda se constituem em desafios para esse campo: o avanço da expansão nas redes públicas de ensino e a conscientização dos governos municipais e estaduais sobre a importância e a necessidade de se investigar na EJA; a questão da continuidade de estudos, ou seja, encarar a formação dos professores que assumem as classes do ensino noturno; a criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação das classes implantadas pelos governos locais ou por iniciativas do MEC, através dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.

Mediante a tudo o que foi exposto nesse trabalho, e com o intuito de trazer para âmbito educacional discussões acerca da Educação de Jovens e Adultos – EJA, ressaltamos, a

importância da mesma para vida de milhares de indivíduos, de modo que conforme (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.135) se faça entender a:

[...]necessidade da implementação de uma política capaz de resgatar a qualidade da escola pública e criar condições para combater a evasão e a repetência que expulsam da escola os alunos oriundos da classe trabalhadora, frequentemente tratados como cidadãos de segunda categoria, despojados do direito a um ensino de qualidade e adequado às suas condições de estudo.

CONCLUSÕES

Quando tratamos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, é imprescindível salientar o histórico de lutas desta modalidade educacional, os avanços e retrocessos, estando sempre tratada de maneira secundária pelas políticas públicas, encontrando, a priori, abrigo somente junto aos movimentos populares e organizadores da sociedade civil. Não devemos restringir a EJA apenas a compreender signos linguísticos, mas sim como uma perspectiva de mudança, visto que seu público são jovens trabalhadores que estão a margem da sociedade, que buscam melhores condições de vida. De modo geral, não podemos negar a importância de compreender a educação de jovens e adultos – EJA enquanto modalidade educacional do ensino regular. Além da sua importância na vida de milhares de indivíduos que lutam contra as mazelas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes de B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta** – São Paulo: Cortez, 2011.

TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes. **Fundamentos Metodológicos em EJA II**. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.